

# PS acusa Governo Regional de descuidar limpeza das estradas de São Miguel

“Ao longo das últimas décadas, a ilha de São Miguel tem vindo a afirmar-se no panorama turístico no contexto nacional e internacional. Para além das paisagens únicas, do clima ameno, da riqueza do mar que nos rodeia, da História secular, da diversidade geográfica, da qualidade ambiental, entre muitas outras características, o cuidado colocado na manutenção e limpeza das estradas de São Miguel, sobretudo no Verão, faz com que as nossas estradas, ladeadas por flores multicolores e por um verde luxuriante, constituam uma imagem de marca já referenciada, múltiplas vezes, em várias publicações nacionais e internacionais”, lê-se num comunicado do PS de S. Miguel enviado à comunicação social.

“É por isso que o PS São Miguel vê com apreensão que, contrariamente ao habitual, são várias as estradas regionais, nos diferentes concelhos da ilha, que carecem de limpeza e de manutenção”, acrescenta.

“Um pouco por toda a ilha são vários os autarcas que nos dizem que, contrariamente ao passado, este ano, não tem havido o cuidado dos anos anteriores na manutenção e limpeza das bermas das estradas regionais, as



quais, em diferentes zonas, revelam um aspecto pouco cuidado. Alertamos, por isso, o Governo Regional para que corrija esta situação. Temos bons profissionais na Administração Regional e trabalhadores competentes e com brio profissional e muitos nos têm feito chegar, igualmente, o seu descontentamento com o estado em que se encontram algumas das nossas estradas”, refere a propósito o Secretário Coordenador do PS São Miguel, André Franqueira Rodrigues.

“Esperamos que rapidamente esta situação possa ser corrigida para benefício dos residentes e também daque-

les que nos procuram e nos visitam”, concluiu.

## Deputados do PS na Assembleia da República

Os deputados do PS/Açores à Assembleia da República congratularam-se com o cumprimento dos pagamentos devidos para com os agricultores da Região, assinalando que, mais uma vez, “o Governo da República cumpre com o prometido”.

De acordo com João Castro, e após as declarações da Ministra da tutela, que avançou não existir qualquer falta de pagamento para com os agricultores açorianos, “fica claro que o Governo da República não é o responsável por eventuais atrasos verificados, tendo o mesmo já sido admitido pelas autoridades regionais”.

“Sobre os apoios relativos a medidas excepcionais de compensação, decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, importa relembrar que quer o PS, através de mim próprio, quer o PSD, já teve oportunidade de questionar sobre o assunto e de perceber os respectivos esclarecimentos, inclusive, pela voz da senhora Ministra da Agricultura”, lembrou o parlamen-

tar, para salientar que no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, os Açores e a Madeira não têm acesso a ajudas decorrentes do pedido único, no acesso ao 1º pilar da PAC, “visto que optaram, e bem, por ter o POSEI enquanto instrumento específico de intervenção”.

A esse propósito, e frisando que as ajudas preconizadas para os produtores do continente são suportadas, exclusivamente, por via do Orçamento de Estado, João Castro reforçou que “continuar a defender a aplicação das portarias do Governo da República nas Regiões seria abrir um precedente, grave, para a gestão e desenvolvimento do processo autonómico no sector”.

Assim, e alertando para a necessidade de que os agricultores açorianos sejam compensados pelo acréscimo de custos de produção da actividade agrícola, decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia, João Castro defendeu que “o Governo Regional deve fazer uso das suas competências próprias”, em vez de optar por “atribuir responsabilidades a terceiros, que descredibilizam a Região, nomeadamente em relação a abordagens futuras onde se verifiquem razões efectivas de reivindicação”, defendeu João Castro.

## Chega questiona sobre parque de campismo das Sete Cidades

O deputado José Pacheco enviou um requerimento à Assembleia Legislativa Regional questionando as condições precárias em que funciona o parque de campismo das Sete Cidades.

No documento, o parlamentar lembra que o parque de campismo foi encerrado pela Junta de Freguesia a 22 de Julho de 2021, por falta de condições de higiene e segurança, tendo sido reaberto ao público uns dias depois pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, que tutela aquele espaço.

Na altura realizaram-se algumas melhorias no parque de campismo, assumindo a tutela tratar-se de uma solução provisória.

No entanto, ano após ano, o parque de campismo das Sete Cidades mantém-se com as condições provisórias realizadas em 2021, deixando descontentos os utilizadores que reclamam por melhores condições, nomeadamente ao nível da limpeza do espaço, da construção de novas e mais dignas instalações sanitárias, com água quente, remodelação da zona dos churrascos com a criação de uma zona coberta e dotar o espaço com luz e água para todos os campistas - afirma o Chega em nota de imprensa.

“Uma situação também denunciada pela Junta de Freguesia das Sete Cidades ao Chega, aquando de uma visita à freguesia, que se vê sem condições de actuar no espaço que tem tutela do Governo”, adianta.

“Tendo em conta que a freguesia das Sete Cidades é um dos principais pon-



tos turísticos da ilha de São Miguel, sendo o parque de campismo muito procurado por locais, mas também por estrangeiros, que procuram um turismo mais ecológico, o Chega destaca a importância de se “desenvolver um projecto que permita ter, nas Sete Cidades, um parque de campismo nas devidas condições”, acrescenta.

Neste sentido, o deputado José Pacheco questiona a tutela acerca de um possível projecto definitivo para o parque de campismo das Sete Cidades.

Até que tal aconteça, José Pacheco questiona se o Governo Regional equaciona fazer melhorias naquele parque de campismo nomeadamente ao nível da instalação de água e luz em todo o espaço; remodelação da zona de refeições com novos churrascos e a colocação de uma cobertura; remodelação das actuais instalações sanitárias, com a inclusão de mais chuveiros com água quente e mais casas de banho; bem como serviço de limpeza permanente.

## PCP do Pico queixa-se dos baixos salários e pensões

A Comissão de Ilha do Pico do PCP esteve reunida para analisar a situação política e social, tanto a nível local como regional, e traçar as principais linhas de intervenção política.

No Pico, “a situação social agrava-se, devido essencialmente à política de direita, tanto do Governo da República do PS, como do actual do Governo Regional da coligação de direita apoiada pela extrema-direita, apostada em manter baixos os salários e as pensões”, lê-se numa nota de imprensa do PCP.

“As dificuldades sentidas pela população também resultam da falta de medidas para combater os sucessivos aumentos dos preços dos bens alimentares, a subida do custo do crédito à habitação, que já está a provocar situações dramáticas, as rendas de casa com valores proibitivo, e das insuficiente resposta na saúde, educação, transportes e nas diversas áreas dos serviços públicos”, acrescenta.

### Habitação, transportes aéreos e marítimos e mais creches

Para o PCP, “o aumento substancial do turismo não se reflete na melhoria das condições de vida de muitos picoenses, e nem sequer nas vidas dos que directamente trabalham no sector: pelo contrário, em muitos casos estes trabalhadores estão confrontados com a desregulação dos horários, precariedade, baixos salários, tendo como referência o salário mínimo regional”.

Na habitação, o PCP diz que é pre-

ciso enfrentar o problema do aumento brutal das taxas de juro do crédito à habitação.

“O PCP tem vindo a apresentar um conjunto de propostas na Assembleia da República, para que fossem os lucros dos bancos a assumirem o aumento dos juros, mas estas medidas foram rejeitadas pelo Governo da República, acompanhado por PSD, IL e Chega. Na Região, para travar a escalada do aumento dos custos da habitação e a especulação, falta desenvolver uma estratégia articulada entre Governo Regional e autarquias, para que existam mais habitações a custos controlados seja para aquisição ou arrendamento”, afirma o PCP.

No transporte aéreo, “é preciso tomar medidas concretas que deem resposta e não limitem e condicionem o desenvolvimento económico da ilha. Quem precisa de se deslocar para fora do Pico, em trabalho ou por motivos de saúde, frequentemente não tem lugar e, por vezes, tem de adiar um ou mais dias o regresso, depois da consulta médica”.

No transporte terrestre e marítimo “não existe uma estratégia articulada para dar resposta às necessidades crescentes e para fazer face ao aumento do custo de vida”.

Em relação à rede de creches e infantários, “verificamos que esta não dá resposta às necessidades, pois não existem vagas ou as listas de espera são grandes”.